

A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO E A APLICAÇÃO DOS FUNDOS DE RESERVAS

Simone Pereira de Souza¹

RESUMO:

Cooperativismo é doutrina econômica estruturada para geração de riquezas por meio do livre associativismo entre pessoas que, espontaneamente, concordam em criar uma cooperativa em qualquer seguimento produtivo permitido pela legislação e, unidas pelos mesmos ideais e tendo os mesmos objetivos, buscar a satisfação de suas necessidades financeiras e de realização pessoal/profissional por meio da produtividade e da valorização humana. O estudo objetivou analisar a aplicação do Fundo de Reserva, e o Fundo de Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES e averiguar a satisfação dos cooperados em relação à gestão da Cooperativa de Transportes de Cargas de Cacoal LTDA – COOPERCAL. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa. As técnicas de coletas de dados utilizadas foram pesquisa bibliográfica e questionário com perguntas abertas e fechadas aplicado para 22 (vinte e dois) cooperados ativos. O local de pesquisa é na COOPERCAL - Cooperativa de Transportes de Cargas de Cacoal LTDA, localizada no município de Cacoal. Os resultados apontam que a maioria dos cooperados conhece e pratica os princípios do cooperativismo, porém, um número significativo diz desconhecer estes princípios, por isso não os praticam. Eles afirmaram estar satisfeitos com a gestão atual da cooperativa, mas acreditam que precisa de melhorias na administração e recursos humanos. A maioria deles não tem conhecimento da importância da aplicação dos fundos nem estão satisfeitos com a aplicação do mesmo. Verifica-se que os objetivos de se associarem à cooperativa foram por melhor posição de mercado, trabalhos em conjuntos e soma de experiência. Sugere-se a aplicação de técnicas de educação continuada através de palestras, treinamentos e disponibilizar materiais didáticos para todos os cooperados.

Palavras chave: Aplicação. Cooperativismo. Fundos de Reservas. RATES.

INTRODUÇÃO

No início da expansão humana, os seres humanos viviam em grupos, e se organizavam de forma estruturada com as suas regras locais, já existia a cooperação de forma camuflada e todos tinham os mesmos direitos. Na busca por sua alimentação retiravam só o necessário para sobrevivência e dividiam entre si. Os homens foram percebendo que quando trabalhavam em união os trabalhos eram mais produtivos e eficazes, nascendo assim em toda a civilização o ato de cooperar.

¹ Graduando em Administração de empresas pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2009. Contato e-mail: simone_kacoal@hotmail.com, orientada pela Professora Ms. Simone Marçal Quintino, docente da UNIR.

A idéia de cooperativismo não é algo novo, surgiu formalmente em 21 de Dezembro de 1844 formado por 28 tecelões no bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra com o nome, sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos (GAWLAK; RATZKE, 2007). A importância do cooperativismo expandiu-se desde então, junto com os benefícios que elas podem trazer para a sociedade.

As estatísticas confirmam a importância que o cooperativismo proporciona na economia e na sociedade. Segundo o presidente da OCB - Organizações das Cooperativas Brasileiras, Marcio Freitas o setor representam 6 % (seis por cento) do PIB – Produto Interno Bruto, e gera em torno de 300 (trezentos mil) empregos no Brasil. (OCB, 2007).

Verifica-se que devido à má distribuição dos fundos das cooperativas, que é de responsabilidade dos diretores das mesmas, houve a necessidade de saber onde está sendo feito a aplicação do mesmo. Diante da problemática pergunta-se: onde está sendo aplicado o dinheiro dos fundos de reservas? E os cooperados estão satisfação com gestão da cooperativa e a aplicação destes fundos?

Objetivou-se analisar a aplicação do fundo de Reserva, e o fundo de Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES em uma cooperativa de transporte do município de Cacoal-RO, especificando a aplicação do fundo de reservas e averiguando a satisfação dos cooperados em relação à gestão e a aplicação dos fundos de reservas da cooperativa COOPERCAL.

Todavia acredita se que a distribuição correta dos fundos de reserva proporciona melhoria no desenvolvimento da cooperativa e na qualidade educacional e social dos cooperados e comunidades. No último relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas, o IDH-Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil ocupava em 2006 a 69º posição, alcançando 0, 792 pontos o que mantém o país no grupo dos 83 países com desenvolvimento médio. Com base na tabela abaixo, observa-se a importância do cooperativismo no desenvolvimento da sociedade. (OCB, 2007).

Tabela I: Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil nos municípios com cooperativas.

	Centro – Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Nº de Cooperativas	669	1.755	716	2.949	1.429	7.518
% Municípios com cooperativas	29,37	30,99	36,30	32,19	31,31	31,71
Cooperativas por municípios	1,44	0,97	1,59	1,76	1,20	1,35
IDH dos municípios sem cooperativas	0, 727	0, 600	0, 647	0, 730	0, 763	0, 666
IDH dos municípios com cooperativas	0, 757	0, 633	0, 694	0, 760	0, 789	0, 701

Fonte: OCB (2007, p. 11).

Assim, justifica-se a relevância de saber se a aplicação destes fundos está sendo feita de forma adequada a proporcioná-los melhoria, e demonstrar o valor e a força da cooperação na sociedade. Para alcançar os objetivos propostos, foi feito uma pesquisa com os cooperados da Coopercal e uma avaliação do posicionamento dos mesmos.

Delimitou-se então, como tema verificar como está sendo realizada a aplicação dos Fundos de Reservas e a satisfação dos cooperados quanto à gestão da Cooperativa de Transportes de Cargas de Cacoal LTDA – COOPERCAL.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa, realizada em uma cooperativa de transportes de cargas fria, no Município de Cacoal-Rondônia, onde utilizou-se o método dedutivo. As técnicas de coletas de dados utilizadas foram pesquisa bibliográfica e questionário (APÊNDICE A) com treze perguntas abertas e fechadas, direcionadas aos cooperados da COOPERCAL.

Os critérios de inclusão dos participantes limitaram-se aos cooperados ativos, que transportaram na cooperativa nos últimos seis meses e os que participam de reuniões ordinárias, extraordinárias e outras atividades. Sendo excluídos todos os cooperados que não enquadram nesses critérios. A amostra pesquisada foram 22 (vinte e dois) cooperados da COOPERCAL, onde foram aplicados os questionários para alguns na própria cooperativa, outros em locais de trabalhos e outros em suas residências.

Segundo Roesch (2005) “na pesquisa de caráter quantitativa os processos de coleta e análise de dados são separados no tempo”. A pesquisa antecede a análise, ou seja, primeiro aplica-se o questionário, entrevistas e depois dessas informações recolhidas é possível analisar os dados. Na pesquisa quantitativa serão analisados os métodos mais apropriados, a definição do público alvo, a amostra e as principais técnicas de coletas e análise de dados. Ainda de acordo com Roesch (2005), o método qualitativo é indicado para fase exploratória, visando captar a perspectiva dos entrevistados, e levantar questões e hipóteses para análise de dados qualitativos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O movimento cooperativista teve início na Inglaterra, no século XIX, com a intensificação da luta dos trabalhadores, durante o movimento cartista, em pleno regime de economia liberal, onde as fábricas prosperavam e os trabalhadores viviam quase na miséria. Em meio dessa crise alguns operários se reuniram a fim de procurar uma solução e perceberam que só através da cooperação poderia sobreviver à crise, foi então que surgiu a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 1844. Os 28 operários tecelões de Rochdale constituíram cooperativas de consumo, com o objetivo de enfrentar a crise industrial da época, oferecendo gêneros de primeira necessidade aos associados, passando, posteriormente, às atividades de produção (GAWLAK; RATZKE, 2007).

No Brasil a cooperação existe desde a época da colonização portuguesa, mas expandiu-se no final do século XIX, estimulados por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários. O primeiro movimento cooperativista que se tem registro oficial no Brasil, iniciou-se na área urbana com a criação da primeira cooperativa de consumo em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada “sociedade cooperativa econômica dos funcionários públicos de Ouro Preto”, depois se expandiu para todo o Brasil (OCB, 2007).

Em 1902, com a iniciativa do padre suíço Theodor Amstad, surgiu às cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul, já em 1906 com iniciativa dos produtores rurais e agropecuaristas nascem às cooperativas no meio rural, muitos destes produtores e agropecuaristas eram imigrantes com origem da Alemanha e da Itália que trouxe dos seus países a cultura do cooperativismo. Nesses países o cooperativismo já havia expandido com as experiências e incentivo destes imigrantes (OCB, 2007).

Os movimentos cooperativistas são estruturados em determinados princípios que, até os dias de hoje, vivificam o espírito cooperativista. São eles: adesão livre de qualquer pessoa, administração praticada pelos próprios associados, juros módicos do capital social, divisão das sobras para todos os associados, neutralidade política, social e religiosa, cooperação entre as cooperativas, no plano local, nacional e internacional, e constituição de um fundo de educação (GAWLAK; RATZKE, 2007).

Esse tipo de associação é utilizado em toda a parte do mundo, uma forma de organizar-se e se ajudarem, centralizando informações e negociando de forma conjunta com os compradores e fornecedores sendo democráticos onde todos associados têm os mesmos direitos e deveres.

1.1 Definições de Cooperativa, Cooperação e Cooperativismo.

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (GAWLAK; RATZKE, 2007).

De acordo com Guimarães (*apud* MARIO 2000, p 06):

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Segundo o art.4º da Lei 5.764/71 “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.”.

De acordo com Cavalcanti (2006, p. 11), a “Cooperação, etimologicamente, vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari*, produzir junto, produzir em conjunto.” Cooperar é unir-se com pessoas em busca de um mesmo objetivo, sejam eles econômicos, culturais ou sociais. E agir de forma coletiva e democrática dentro da organização para atingir as metas estabelecidas pelos cooperados. Ainda de acordo com Cavalcanti (2006, p. 12).

Cooperativismo é doutrina econômica estruturada para geração de riquezas por meio do livre associativismo entre pessoas que, espontaneamente, concordam em criar uma cooperativa em qualquer seguimento produtivo permitido pela legislação e, unidas pelos mesmos ideais e tendo os mesmos objetivos, buscar a satisfazer suas necessidades financeiras e de realização pessoal/profissional por meio da produtividade e da valorização humana, e não exploração do homem pelo homem. O cooperativismo é a “alma” da cooperativa, assim como, grosso modo, o mercantilismo é a “alma” do capitalismo.

A idéia do cooperativismo veio da constatação de que a cooperação – fazer coisas junto com outras pessoas – era a melhor maneira para encontrar as soluções que interessavam a determinado grupo de indivíduos (RICCIARDI, 2000).

1.2 Classificação das Cooperativas

O cooperativismo classifica as sociedades cooperativas por grau e por ramo de atividade. As cooperativas de primeiro grau são conhecidas como singulares, seu quadro social é formado por pessoas físicas. As cooperativas de segundo grau são as centrais e as federações de cooperativas. Seu quadro social é formado por cooperativas singulares. As cooperativas de terceiro grau são as cooperativas cujo quadro social é formado por centrais e ou federações de qualquer ramo (GAWLAK; RATZKE, 2007).

Segundo Polônio (*apud* WILSON, 2001, p. 46) quanto à forma legal de constituição, as sociedades cooperativas foram classificadas pela Lei nº. 5.764/71 no art.6:

Ar. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:
I – singulares, as constituídas pelo número de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda,

aquelas sem fins lucrativos;

II – cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;

III – confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcenderem o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações. Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas são inscritos no Livro de matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares que a elas se filiarão (OCB, 2007).

As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados. Serão consideradas mistas as que apresentarem mais de um objeto de atividades. Cabe ressaltar que as cooperativas não possuem filiais.

1.3 Ramos de Atividades das Cooperativas

As cooperativas são estruturadas por ramos de atividades de acordo com o segmento que elas atuam, contribuindo para promover as integrações dos ramos e conquistas dos objetivos em comuns. Segundo Gawlak e Ratzke (2007, p. 34 - 40), os ramos são divididos da seguinte forma:

a) Agropecuária: são cooperativas compostas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cuja produção pertence aos cooperados.

b) Consumo: são cooperativas dedicadas às compras em comum de artigo de consumo para seus cooperados.

c) Crédito: são cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados.

d) Educacional: são cooperativas que se subdivide em três segmentos; Cooperativas de alunos de escola agrícolas, Cooperativas de pais de alunos, Cooperativas de professores.

e) Especiais: são cooperativas composta por pessoas que necessitam de auxílio especial, e que se encontra em desvantagens conforme nos termos da lei 9.867 de 10 de novembro de 1999.

f) Habitacional: é cooperativa destinada à compra, construção ou manutenção de casa própria.

g) Infra-Estrutura: são cooperativas cuja finalidade é atender com prioridade os cooperados, com serviços de infra-estrutura.

h) Mineral: são cooperativas de mineradores cuja finalidade é de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar os minerais.

i) Produção: são cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipo de bens e mercadorias.

j) Saúde: se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana, e subdivide em dois segmentos. Cooperativas de profissionais da saúde e Cooperativas de usuários.

l) Trabalho: são cooperativas compostas de trabalhadores de qualquer área profissional.

m) Transportes: são cooperativas que atuam no transportes de cargas e transportes de passageiros, onde organizam e administram as atividades de transportes com maior volume de aproveitamento de logística, garantindo um melhor posicionamento de mercado.

As cooperativas de transportes pertenciam ao ramo de trabalho, a OCB através de assembléia geral aprovou a criação deste ramo no dia 30 de abril de 2002. O ramo de transporte é recente e muito dinâmico (OCB, 2007).

As transportadoras, as cooperativas de transportes rodoviários de cargas e os transportadores autônomos, são obrigados a se registrar no RNTRC-Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas. Cabe a ANTT- Agência Nacional de Transportes Terrestres, a regulamentação e fiscalização dos termos da lei nº. 11.442, de 2007, conforme a resolução nº. 3058 de 12 de março de 2009, site (FETRACAN, 2009).

n) Turismo e lazer: são cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes, e de hotelaria,

1.4 Princípios do Cooperativismo;

Desde os primórdios da sociedade, o ser humano se baseia em determinados princípios, para que haja regras, ética, organização, respeito mútuo; fazendo com que o desenvolvimento e êxito de suas atividades sejam contínuo. Os princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores a prática (OCB-MG, 2008).

1º Princípio: Adesão voluntária e livre: No cooperativismo a organização é livre, voluntária e aberta a todas as pessoas, independente de sua posição social, cor, raça, sexo, política partidária, crença, desde que assuma a responsabilidade de cooperado e atenda os critérios de adesão de cada cooperativa.

2º Princípio: Gestão democrática: Nas organizações cooperativistas a administração é democrática, controladas por seus cooperados eleitos em assembléia geral, como representante dos demais cooperados definindo as prioridades com base nas necessidades e objetivos estabelecidos.

3º Princípio: Participação econômica dos cooperados: Os cooperados contribuem com a integralização do capital social da cooperativa com quotas – partes, e os mesmo controlam democraticamente através dos votos. Um cooperado é igual a um voto, esse capital é destinado para o desenvolvimento da cooperativa, criação de reservas, parte das quais, pelo menos não será divisível, retorno aos cooperados na proporção das suas transações.

4º Princípio: Autonomia e Independência: As cooperativas são organizações

autônomas, controladas pelos seus cooperados, que decidem sobre suas atividades, metas, missão e objetivos.

5º Princípio: Educação, Formação e Informação: As cooperativas promovem esses princípios da educação, formação e informação para que haja um melhor desenvolvimento cultural e profissional dos cooperados e da sua família, a fim de que todos possam contribuir eficazmente com sua organização.

6º Princípio: Cooperação entre Cooperativas: As cooperativas e os cooperados ajudam - se mutuamente, com o intuito de promover um crescimento cultural e social do sistema cooperativista e da comunidade, agregando qualidade, produtividade e economia local, regional, nacional e internacional.

7º Princípio: Interesse pela comunidade: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento de sua comunidade com a geração de empregos, produtos, serviços, e gerando renda para seus cooperados e a comunidade onde estão inseridas.

1.5 Formação dos Fundos de Reservas

O fundo de reserva é formado pelo ato cooperativo e o fundo RATES é formado pelo ato não cooperativo ou de ato mercantil. Conforme se explanará a seguir.

1.6 Ato Cooperativo e Ato não Cooperativo

Toda a atuação das cooperativas é baseada em lei, seus atos direcionados à operacionalização das atividades conjuntas de seus associados, se inserem dentro do cooperativismo como ato cooperativo e não cooperativo como regulamenta a lei.

Segundo o art.79º da Lei 5.764/71:

Art.79º. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quanto associados, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produtos ou mercadorias.

Ainda de acordo com o artigo 85 e 86 da lei 5.764/71:

- a) Aquisição, por cooperativas agropecuárias e de pesca, de produtos de não associados que sejam agricultores, pecuaristas ou pescadores, para o fim de completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuam;
- b) Fornecimento, a não associados, de bens ou serviços, assim entendidos estes bens e serviços como sendo os mesmos que a cooperativa, em obediência ao seu objetivo social e em conformidade com a Lei, oferecer aos próprios associados;
- c) Participação em sociedades não cooperativas para melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros de caráter acessório ou complementar.

O ato cooperativo não gera faturamento ou receita à cooperativa, visto que o resultado não pertence à cooperativa e sim aos associados, portanto não há fato gerador de impostos, conforme consolidada pelo poder judiciário sobre a não incidência de tributos sobre o ato cooperativo (AZEVEDO; HELDER, 2007).

Os atos não cooperativos deverão ser contabilizados separados, conforme regulamenta o Artigo 87 da lei 5.764/71, de forma a permitir o cálculo para incidência de tributos que são eles, CSLL (Contribuição social sobre o lucro líquido), IRPJ (Imposta de renda pessoa jurídica), IR (Imposto de Renda), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) IOF (Imposto Sobre Operação Financeira), IRF (Imposto de Renda na Fonte) sobre os pró-labores, e outros tributos Federal, Estadual e Municipal conforme cada ramo de atividades (FREDERICO, 2001).

Os resultados contábeis dos atos não cooperativos quando positivos devem ser levados à conta RATES conforme o estabelece a lei 5.764/71 e se o resultado for negativo deve ser absorvido pelas sobras dos atos cooperativos e se esses por ventura não for suficiente, havendo saldos negativo remanescentes será aplicado o artigo 80 da referida lei das distribuições das despesas, que serão cobertas pelos associados mediante rateios na proporção direta da fruição de serviços (FREDERICO, 2001).

A realização de quaisquer outros atos distintos dos relacionados é considerada incompatível com o regime especial estabelecido e em consequência com o próprio conceito legal de cooperativa.

1.7. A Importância da Aplicação dos Fundos de Reservas

Os pioneiros de Rochdale, naquela época já se preocupavam com a educação dos

membros e criaram um fundo de reservas de 2,5 % (dois e meios por cento) para este fim. Atualmente é utilizado e regido pela Lei 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo.

Segundo o art.28º da Lei 5.764/71

Art. 28. A Lei do Cooperativismo obriga a constituir:

- I- Fundo de reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício.
- II- Fundo de assistência técnica, educacional e social para prestar assistência aos associados, seus familiares, e quanto previsto no estatuto social, aos empregados das cooperativas, constituído de 5% (cinco por cento), no mínimo, das sobras líquidas apuradas no exercício tal fundo é denominado RATES.

O fundo de reserva e o fundo RATES são indivisíveis. Visto que as cooperativas brigam no mundo capitalista contra a ditadura do capital e no mundo socialista contra a ditadura do Estado. O fundamento do cooperativismo é a ajuda mútua e a solidariedade. Assim, a característica da indivisibilidade destes fundos, mesmo no caso de liquidação da sociedade, procura socializar partes dos ganhos obtidos pelos cooperados, para reforçar o patrimônio comum, em nome, não da entidade, mas da coletividade (WISNIEVSKI, 2004).

Cooperativa é uma entidade de pessoas sem fins lucrativos que está sujeita a não falência conforme estabelece a lei 5.764/71. Porém como toda empresa que não gera lucro está sujeita a falência, às cooperativas não são diferentes (se não gerar sobras, como ela se manterá?). A importância da gestão, aplicação correta dos recursos e fundos das cooperativas são fundamentais para que isso não ocorra.

De acordo com Ricciardi e Jenkins (2000, p.64-65.) ao atingir seus propósitos econômico-sociais, as cooperativas contribuem efetivamente para:

- a) Melhorar a distribuição de renda, principalmente entre os pequenos produtores, pequenos artífices e profissionais autônomos;
- b) Aumentar a oportunidade de trabalho, dado que suas atividades geram empregos e criam novas formas de promover a força do trabalho associado;
- c) Integrar e humanizar as relações econômicas, possibilitando a integração dos associados às comunidade onde vivem, viabilizando e estimulando sua participação ativa nas mudanças sociais, políticas e econômica que ocorrerão no seu ambiente social;
- d) Promover o desenvolvimento justo, pelo oferecimento do potencial produtivo dos

grupos cooperados em auxílio na busca e solução de problemas nacionais mais agudos;

- e) Despertar a consciência de cidadania, pela descoberta de que a participação, sendo obrigação, gera direitos e que só se pode desfrutar daquilo que se pode produzir regra básica para a vida organizada e saudável; e
- f) Satisfazer as necessidades básicas de estima e auto-realização, contribuindo com a valorização do animus social, fator psicossocial dos mais relevantes para a promoção da elevação da qualidade de vida da população.

A aplicação correta destes fatores é importante para satisfazer os cooperados, e necessário para atingir os objetivos e metas da cooperativa. É necessário salientar que, não haverá cooperativa eficiente se tiver cooperados ineficientes ou cooperados eficientes se este for cooperado de uma cooperativa ineficiente. Portanto, a relevância da aplicação dos fundos de reservas se faz para uma melhor formação profissional dos empreendedores gestores, conselheiros, cooperados e funcionário proporcionando o desenvolvimento da comunidade. Para tanto é necessário que a cooperativa e os cooperados sejam eficazes e estejam satisfeito com a organização.

De acordo com Maximiano (2007, p. 81):

Eficácia é o conceito de desempenho que envolve a comparação entre objetivos (desempenho esperado) e resultado (desempenho realizado). Eficácia significa o grau ou taxa de realização dos objetivos finais da organização satisfação dos clientes, satisfação dos acionistas, impacto na sociedade e aprendizagem organizacional.

Ainda de acordo com Maximiano (2007, p. 82) “a satisfação dos clientes é um objetivo prioritário para todas as organizações”.

Para que a cooperativa seja uma empresa bem sucedida é necessário que cumpra com os princípios estatutários e constitucionais, onde é necessário que a gestão da mesma enfatize a importância da aplicação correta dos seus fundos de reservas, e ofereça um impacto na sociedade, trazendo uma imagem positiva para a comunidade que está inserida.

1.8 A Importância da Gestão das Cooperativas.

Em decorrência da globalização, o mercado de trabalho encontra-se cada dia mais competitivo, e leva as empresas a enfrentar grandes desafios, desde a diminuição de lucros ou até mesmo à extinção. Para adequar-se com o mercado competição, há necessidade de realizar mudanças estratégicas.

Segundo Oliveira (2006, p.25-32), não é uma tarefa simples, apresentar em uma listagem os principais problemas de gestão das cooperativas, inclusive por que são diversos os ramos de atuação, os quais podem ter diferentes negócios e, conseqüentemente, diferentes produtos e serviços são disponibilizados para os cooperados, ou mesmo para todo o mercado. Entretanto, com base em diversos trabalhos - modelos de gestão, planejamento estratégico e estrutura organizacional, realizado pelo autor em diversas cooperativas, são possíveis apresentar os problemas mais comuns que foram evidenciados.

- a) Falta ou esquecimento da educação cooperativista por parte dos cooperados;
- b) Falta de cooperação entre as cooperativas quanto a suas atividades e a seus negócios;
- c) Não-apresentação de adequados modelos de gestão, inclusive com significativa falta de aplicação de modernos instrumentos administrativos;
- d) Aplicação de modelos de gestão muito centralizados, consolidando uma administração presidencialista, que pode levar os problemas administrativos e resultados operacionais inadequados;
- e) Não saber trabalhar adequadamente com a concorrência, a qual se torna de forma gradativa e acumulativa cada vez mais forte e atuante;
- f) Confusão entre “propriedade de gestão” e “propriedade da cooperativa”.

A propriedade da cooperativa é – e sempre será – dos cooperados, ou seja, são os cooperados que têm a cooperativa, e não as cooperativas que têm os cooperados.

2. RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA.

Segundo a JUCER - Junta Comercial do Estado de Rondônia existe 530 (quinhentos e trinta) cooperativas registradas em Rondônia que atuam em diversos ramos de atividade. Conforme afirma a OCB-RO das cooperativas registradas na JUCER, somente 130 (cento e trinta) são registradas na Organização das Cooperativas Brasileira de Rondônia – OCB-RO, sendo que no ramo de Transportes de Cargas de Câmara Fria é apenas quatro registradas no referido órgão.

Segundo os gestores da COOPERCAL ela está entre as quatro registradas na OCB-RO. A cooperativa representa em torno de 40% (quarenta por cento) do mercado Rondoniense. A COOPERCAL foi constituída em 21 de Julho de 2005 com 35 sócios fundadores e hoje se encontra com 44 associados.

A pesquisa foi realizada com 22 (vinte e dois) cooperados, sendo 87% (oitenta e sete por cento) do sexo masculino e 13% (treze por cento) do sexo feminino. Onde 73% (setenta e

três por cento) dos cooperados são casados 18% (dezoito por cento) são solteiros e 9% (nove por cento) são divorciados. Desses cooperados 50% (cinquenta por cento) tem entre 29 a 39 anos de idade e restantes têm mais de 40 anos e menos de 55 anos. O nível de instrução dos cooperados é de 25% (vinte e cinco por cento) com nível superior completo, 25% (vinte e cinco por cento) com nível superior incompleto, 23% (vinte e três por cento) têm ensino fundamental completo e 27% (vinte e sete por cento) tem ensino médio completo.

A pesquisa foi elaborada com intuito de analisar a satisfação dos cooperados com a gestão da cooperativa e a aplicação dos fundos de reservas, e o fundo de assistência técnica educacional e social. A pesquisa obteve dados claros e específicos, sobre a questão levantada na problematização, alcançando assim os objetivos propostos. Para tanto, elaborou-se um questionário com treze perguntas de nível aberto e fechado a qual a contribuição foi de suma importância para conclusão da pesquisa.

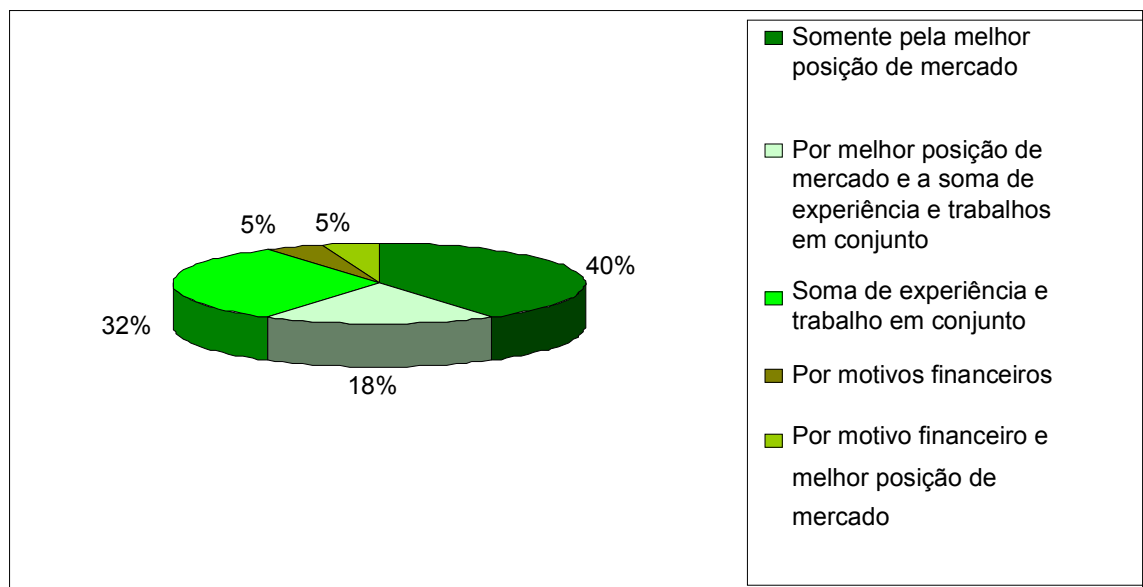


Figura 1 – Objetivos que levaram os cooperados a se associar na cooperativa.
Fonte: Souza (2009)

Na figura 1, observa-se que 40% (quarenta por cento) dos cooperados entrevistados associaram à cooperativa, somente pela melhor posição de mercado, seguido pela soma de experiência e trabalho em conjunto o que correspondente a 32% (trinta e dois por cento). Vale ressaltar que o sentido do cooperativismo é a ajuda mútua dos trabalhos em conjunto, não

individualista, assim percebe-se na pesquisa que a maioria dos cooperados está pensando apenas em si próprio. Furquim (2001, p. 37) afirma pela constituição no Art. 192 que o cooperativismo é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade.

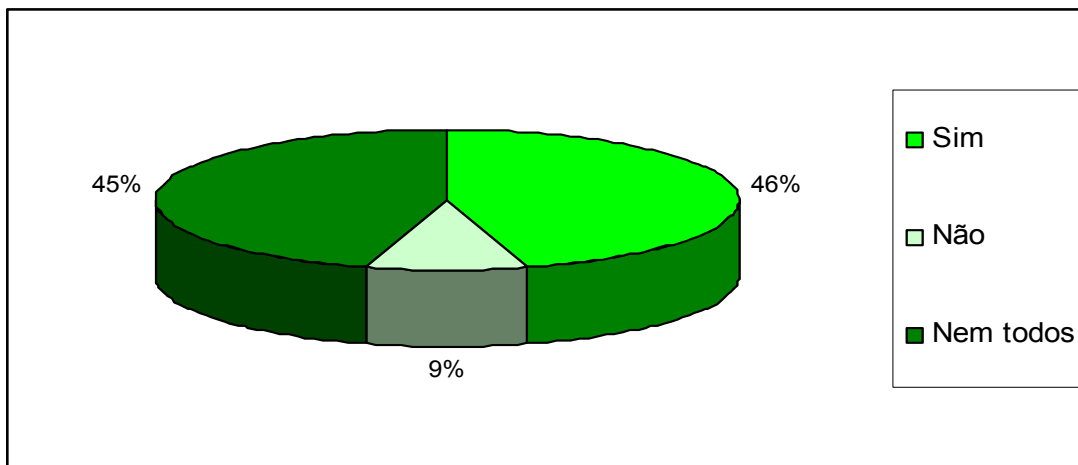


Figura 2 – O Conhecimento e a prática dos cooperados quanto aos princípios do cooperativismo
Fonte: Souza (2009)

Na figura 2, verifica-se que 46% (quarenta e seis por cento) dos cooperados conhecem os princípios do cooperativismo e os pratica, porém um valor bem próximo de 45% (quarenta e cinco por cento) diz não conhecer e nem praticar os princípios do cooperativismo. Nota-se que eles estão desatualizados quanto aos princípios, onde poderão prejudicar no desenvolvimento e sucesso da cooperativa, pois se não praticam os princípios consequentemente haverá prejuízos na mesma.

Quase todas as legislações dos diversos países espalhados pelo mundo que acolhem em seu sistema jurídico, a empresa cooperativa adota como normas fundamentais os “princípios básicos do cooperativismo” confirmados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI em congresso internacional que ocorreu na cidade de Manchester – Inglaterra (RICCIARDI, 2000, p. 60-61).

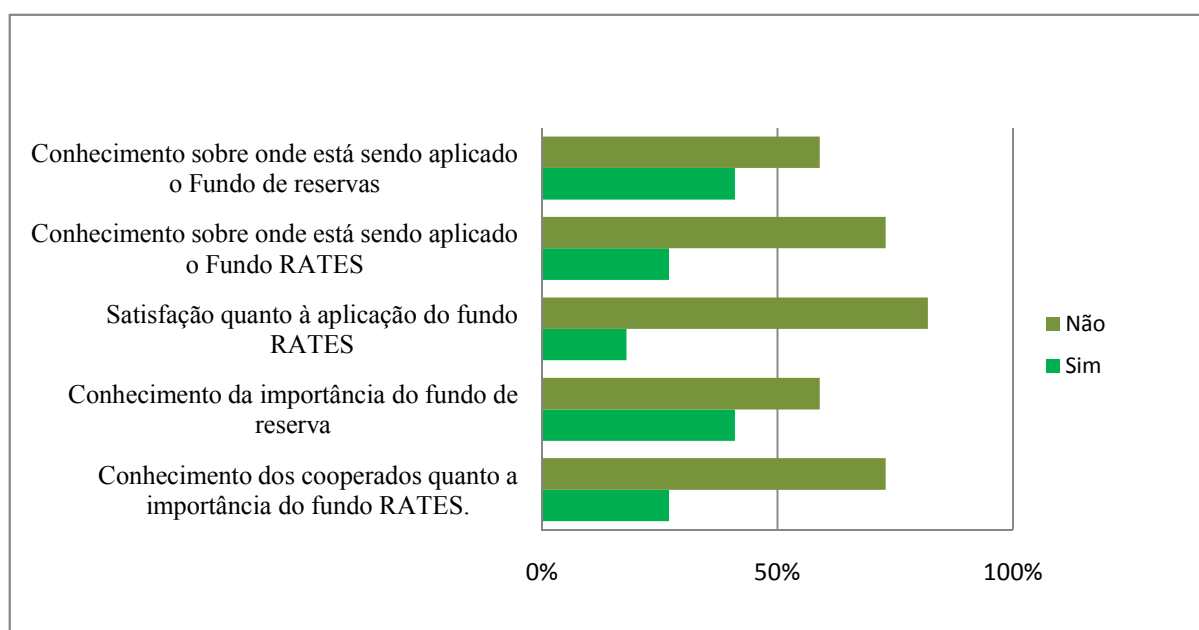


Figura 3 – Conhecimento dos cooperados quanto aos fundos de Reservas.

Fonte: Souza (2009)

Na Figura 3, 73% (setenta e três por cento) dos cooperados não têm conhecimento da importância do fundo de RATES e 59% (cinquenta e nove por cento) também não conhecem a importância do fundo de reserva. Quando questionados sobre a aplicação do fundo de RATES 82% (oitenta e dois por cento) afirmaram que não estão satisfeitos com a aplicação do mesmo. Vale ressaltar que 73% (setenta e três por cento) dos mesmos não têm conhecimento de onde é feito a aplicação desse fundo. E, 59% (cinquenta e nove por cento) dos cooperados também disseram não conhecer onde está sendo aplicado o fundo de reservas.

O conhecimento sobre esses fundos de Reservas é de suma importância para o desenvolvimento da cooperativa e eventual liquidação da mesma, e também para a aplicação da assistência técnica, educacional e social, e como os resultados mostram que a maioria não tem esse conhecimento, que poderá dificultar para um bom desempenho da cooperativa pesquisada. Segundo os gestores, não está sendo aplicado o fundo de reserva em atividades para o desenvolvimento da mesma, e sim reservando para eventual reparação de perdas ou dissolução da mesma. Já quanto ao fundo de RATES estão aplicando em assistência social ao Hospital São Daniel Comboni e outras entidades como CERNIC e Creches.

Segundo o art.28º da Lei 5.764/71 obriga a formação de fundo de assistência técnica, educacional e social para prestar assistência aos associados, seus familiares, e quanto previsto

no estatuto social, aos empregados das cooperativas, constituído de 5% (cinco por cento), no mínimo, das sobras líquidas apuradas no exercício tal fundo é denominado RATES. E o obriga também a formação do fundo de reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades das cooperativas, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício.

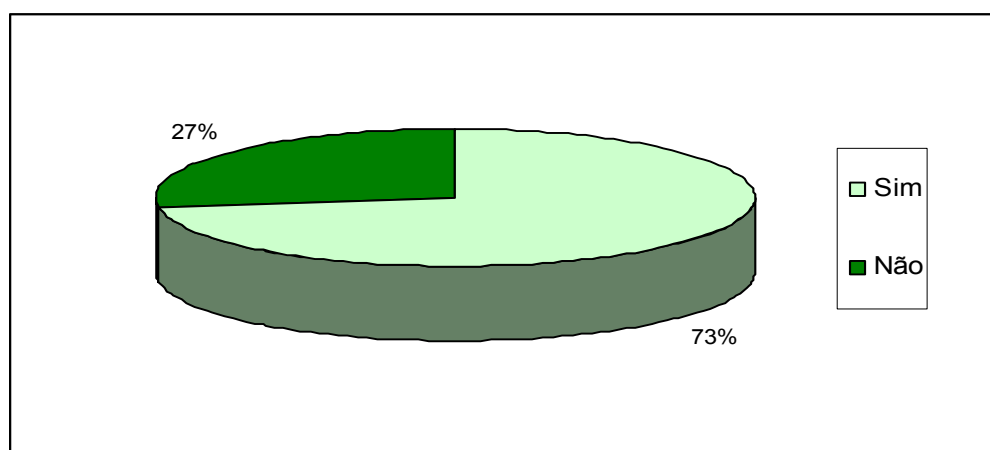


Figura 4- Saber a satisfação dos cooperados da COORPECAL quanto a Gestão atual.
Fonte: Souza (2009)

Na figura 4, 73% (setenta e três por cento) dos cooperados estão satisfeitos com a gestão atual e apenas 27% (vinte e sete por cento) dos mesmos não estão satisfeitos. Acredita-se que os cooperados encontram-se satisfeitos por estarem alcançando seus objetivos de melhor posição de mercado, trabalhos em comum e soma de experiências.

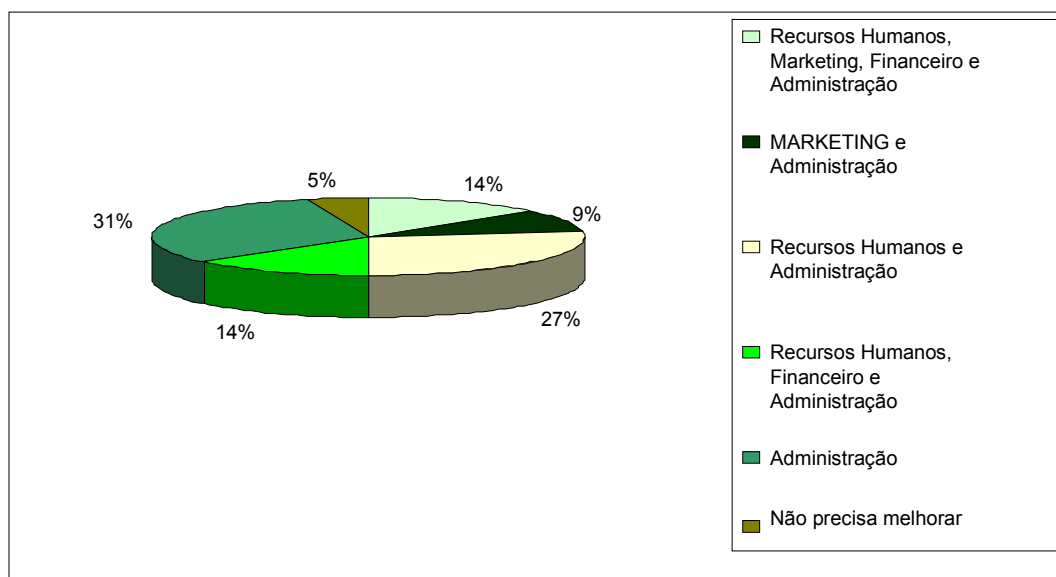


Figura 5- O que os cooperados acham que deve ser melhorado, na cooperativa COOPERCAL-LTDA.

Fonte: Souza (2009)

A figura 5, mostra que 31% (trinta e um por cento) dos cooperados acham que a administração necessita de melhorias seguidas de 14 % (quatorze por cento) Recursos humanos, Financeiro, marketing juntamente com a administração.

Segundo Oliveira (2006, p. 33), os principais problemas identificados de gestão das cooperativas é a falta ou esquecimento da educação cooperativista, a falta de cooperação entre as cooperativas, a aplicação de desatualizados, inadequados e centralizados modelos de gestão, fato de não saber trabalhar com a concorrência, bem como a desagradável confusão entre a propriedade de gestão e propriedade da cooperativa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que a cooperativa não está aplicando o fundo de reserva em atividades para o desenvolvimento da mesma, e sim reservando para uma eventual reparação de perdas ou dissolução da mesma. Já quanto ao fundo de RATES estão aplicando em assistência social ao Hospital São Daniel Comboni e outras entidades como CERNIC e Creches. A pesquisa demonstra ainda que a maioria dos cooperados conhece e pratica os

princípios do cooperativismo, mas um número bem próximo diz desconhecer, e por isso não o praticam. Lembrando que os objetivos principais de se associarem à cooperativa foram por melhor posição de mercado, trabalhos em conjuntos e soma de experiência.

Foi observado também que, a maioria dos cooperados está satisfeitos com a gestão atual da cooperativa, porém apontaram como principais problemas a administração e recursos humanos, pois a cooperativa possui uma rotatividade elevada no seu quadro de colaboradores. Ressaltando que eles não conhecem a importância da aplicação dos Fundos de reservas pesquisados, e muito menos estão satisfeitos com a aplicação dos mesmos.

A limitação desta pesquisa encontrou - se na dificuldade de aplicar o questionário aos associados na cooperativa, sendo necessário encontrá-los no local de trabalho ou até mesmo em suas residências para aplicação do mesmo. Confirmando assim, que os cooperados necessitam participar das atividades e da gestão da cooperativa, visto que uns dos princípios do cooperativismo é gestão democrática.

É evidente que existe a necessidade de educação continuada, através da educação participativa utilizando-se varias ferramentas como palestras, treinamentos e materiais didáticos para todos os cooperados, que oportunizará novos caminhos e novas formas de convivência, desenvolvendo a igualdade e a liberdade no direito de pensar, ouvir, questionar, analisar e agir. Melhorando o conhecimento do cooperativismo, desempenho e inter-relacionamento entre eles e a cooperativa.

Sugere - se que a cooperativa divulgue para os cooperados onde está sendo aplicado o fundo de reservas e o fundo RATES para que os cooperados conheçam e participem do desenvolvimento da cooperativa.

Recomenda-se que a cooperativa, aplique pelo menos 5 % (cinco por cento) do fundo de reserva para compra de um novo *software* e capacitação dos gestores quanta a utilização do mesmo. Precavendo falha humana, pois a cooperativa possui uma alta rotatividade de colaboradores e a mesma possui um fundo de quase 23 (vinte e três mil reais) para reparar eventuais perdas, sendo a função de este fundo é buscar desenvolvimento para a cooperativa. A cooperativa possui um fundo de reserva para construção o que corresponde

aproximadamente 81 (oitenta e um mil reais), onde existe projeto à construir um posto de combustíveis.

Recomenda - se ainda aplicar o fundo RATES em pelo menos 80 % (oitenta por cento) do valor, que é de aproximadamente 11 (onze mil reais) em assistência técnica educacionais, como palestras, educação no trânsito para os motoristas (devido alguns serem os próprios motoristas de suas carretas), cursos de aperfeiçoamento de informática, bordados, artesanatos para os cooperados, familiares e funcionário da cooperativa. Visto que este fundo é indivisível mesmo em caso de dissolução da cooperativa e, é de destinação exclusiva a assistência técnica educacional e social, para trazer benefício à sociedade em que a cooperativa está inserida.

O cooperativismo surge como um sistema de organização efetivamente democrático, geradora de empregos e deve ser percebido como uma filosofia de vida. Para que a cooperativa tenha sucesso em seu desenvolvimento é necessário que utilizem e apliquem os fundos de reservas e suas sobras de forma adequada, fazendo assim proporcionará a melhoria da cooperativa e satisfazer as necessidades da coletividade da mesma.

A recomendação para trabalho futuro é uma pesquisa no departamento de recursos humanos para averiguar as causas do *turn over*, ou seja, a rotatividade de funcionários da COOPERCAL, visto que o *turn over* exerce muita influência na organização e gera impactos financeiros, de tempo e de recursos, como: perda de produtividade; de lucratividade (no caso da cooperativa perda de sobras), de capital intelectual; aumento de acidentes, doenças, processos trabalhistas, perda de credibilidade junto aos clientes, desmotivação e sobrecarga nos demais funcionários, e grande negatividade na imagem da organização perante a comunidade entre outros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis; HELDER, Silvio Senne. **Obrigações fiscais das entidades sem fins lucrativos**: Inclui tratamento tributário para cooperativas; Condomínios; Instituições de Ensino Superior e Ongs – São Paulo: IOB Thomson, 2007.

CAVALCANTI, Marly **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimdo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor** - São Paulo: Saraiva 2006.

FETRACAN. **Federação das empresas de transportes de cargas do Nordeste**. Disponível em: < <http://www.fetracan.org.br/index.Php?pagina=antt>>. Acesso em: 30 out.2009.

FREDERICO, Vergílio Perius. **Cooperativismo e Lei** – São Leopoldo - RS, 2001.

FURQUIM, Maria Célia de Araújo. **A cooperativa como alternativa de trabalho**. São Paulo: Ltr, 2001, p.37.

GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabiane. **Cooperativismo: Primeiras Lições**. Editora: Brasília: SESCOOP, 2007.

GUIMARÃES, Mário Kruel, Adilson Tadeu de Araújo. **Cooperativismo: História e Doutrina**, Brasília: Confedbras, 2001.

LEI 5764. De 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de cooperativismo, Instituinto o regime das sociedades cooperativas, e das outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 dezembro de 1971. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5764.htm>> Acesso em: 10 out.2009.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. – 7 edição revista E amplitude. – São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática**. V. 3. Ed.- São Paulo: atlas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Agenda Legislativa do Cooperativismo**. 2007, p. 06-11.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. DE MINAS GERAIS **Anuário do Cooperativismo**. Mineiro, 2008.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2001.

RICCIARDI, Luiz; JENKINS, Roberto de Lemos. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos** - São Paulo: LTr, 2000.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estagio e de pesquisa em administração**. 3. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

WISNIEVSKI, Gilmar. **Manual das sociedades cooperativas** - Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.